

A CRISE DA AUTORIDADE DA EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT

Leonardo Pellegrinello Camargo¹

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de pesquisar a obra de Hannah Arendt para verificar as suas considerações sobre a crise da autoridade na educação. Para tanto serão analisadas duas obras da autora: “A crise na educação” e “Reflexões sobre Little Rock”, onde abordaremos o seu pensamento a respeito dos problemas relativos à educação, no caso, a dos Estados Unidos. Nestas obras, a autora elabora conceitos originais e pertinentes sobre a educação e como este campo foi influenciado pela crise da cultura ocidental, característica no século XX. Procuraremos, contudo, relacionar o seu pensamento com a realidade educacional atual, mesmo entendendo as várias diferenças entre os momentos históricos e entre culturas.

PALAVRAS-CHAVE: Autoridade. Educação. Crise. Cultura.

ABSTRACT

This article aims to research the work of Hannah Arendt to check their considerations about the crisis of authority in education. Will be analyzed for both two works by the author: "The crisis in education" and "Reflections on Little Rock" where we discuss his thoughts about the problems relating to education, in this case the United States. In these works, the author elaborates on original concepts and pertinent education and how this field was influenced by the crisis of Western culture, feature in the twentieth century. We will try, however, to relate his thoughts with the current educational reality, even understanding the differences between the various historical periods and cultures.

KEYWORDS: Authority. Education. Crisis. Culture.

Introdução

Neste artigo, iremos abordar dois textos da Hannah Arendt que tratam especificamente da educação: “A crise da educação” e “Reflexões sobre Little Rock”. Em comum, estes textos falam sobre como a crise do mundo ocidental, com o advento dos movimentos totalitários, reflete diretamente na educação, especialmente nos países democráticos, e, no caso, dos Estados Unidos.

¹ Mestre em Filosofia (PUC-PR). Professor de Filosofia - Colégio Estadual do Paraná.

Arendt apresenta um pensamento abrangente, em que procura compreender a crise da cultura ocidental que se torna evidente no século XX. Para ela, esta crise não é apenas um momento obscuro, mas o rompimento do fio da tradição ocidental, culminando, após a Segunda Guerra Mundial, em um desenraizamento da cultura cultivada até então, sendo necessário repensar vários campos do conhecimento humano.

Apesar de não ser seu objetivo principal, selecionamos dois textos em que a autora trata especialmente como esta crise influencia o campo da educação, com o objetivo de repensarmos o seu papel e também sobre os seus desafios apresentados atualmente.

A crise da educação

Ao abordar a crise da educação, Hannah Arendt concebe primeiramente uma crise da autoridade. Ao contrário do que o senso comum poderia pensar, a autora a diferencia da violência:

Autoridade, que se refere ao mais ardiloso destes fenômenos, e que, portanto, é o termo mais maltratado, pode ser aplicado em pessoas – existe algo assim como a autoridade pessoal, como no caso das relações entre pai e filho, entre professor e aluno – ou pode ser aplicado a cargos, como no senado romano (*autorictas in senatu*), ou nos cargos hierárquicos da igreja (um padre pode dar absolvição válida mesmo que esteja bêbado). Sua garantia é o reconhecimento incondicional daqueles que devem obedecer; não é necessário nem coação nem persuasão. (Um pai pode perder sua autoridade tanto batendo no filho como tentando argumentar com ele, ou seja, tanto se comportando como um tirano como tratando a criança como um igual.) Conservar a autoridade requer respeito para com a pessoa ou o cargo. O pior inimigo da autoridade é, portanto, o desrespeito, e o modo mais seguro é a risada. (ARENDDT, 2008. p. 123 e 124.)

Ou seja, não é necessária a violência ou força para que se tenha uma autoridade sobre outra pessoa. A ideia de autoridade está subjacente ao conceito de reconhecimento e respeito por parte de outra pessoa, e o contrário, que seria a indiferença dos insubordinados perante quem deveria ter a autoridade é um início de quebra de um pensamento, de uma tradição. Esta definição de autoridade da autora coincide com a ideia de *auctoritas* dos romanos, em que quem a possui é responsável pela tradição desta sociedade, sendo um valor intrínseco, que:

não se exerce pela persuasão ou convicção, mas apenas e somente pelo peso da pessoa ou corporação que toma ou sanciona uma decisão'. É um conceito da esfera política e moral ao mesmo tempo, que se encontra largamente documentado em muitos autores, (...) (PEREIRA. 2002. p.363.)

Para Hannah Arendt, esta crise geral envolvendo a noção de autoridade que acometeu todo mundo moderno se manifestou em diversas áreas e de diversas maneiras. No caso dos Estados Unidos, um aspecto marcante é a crise na educação; mesmo não sendo um fato isolado, é um caso interessante que a autora problematizou, haja vista a dificuldade das autoridades americanas de resolver o assunto nas décadas de 50 e 60.

A necessidade da educação é devida ao fato de que sempre há novos seres humanos na sociedade, definindo-a como “a natalidade, o fato de que seres *nascem* para o mundo” (ARENDR. 2000. p.223) Daí a sua importância para qualquer sociedade, pois ela é extremamente necessária para introduzir os novos seres humanos no seu mundo cultural, nas suas tradições.

No caso dos Estados Unidos, uma crise da educação, diferentemente da Europa, por exemplo, tornou-se uma crise política, pois grande parte de sua população é de origem estrangeira e em sua história sempre foi necessário a instrução e a americanização dos filhos de imigrantes. E estes imigrantes, além do objetivo de povoar outro país, seguiam o lema “Uma Nova Ordem do Mundo”, visando eliminar de suas vidas a pobreza e a opressão que traziam de seu país de origem.

Arendt observa a influência do pensamento de Rousseau nas teorias educacionais, no que se refere às utopias políticas com os projetos educacionais, pretendendo iniciar algo “novo” pela educação. Porém estas utopias podem chegar a uma doutrinação, baseando-se na superioridade do adulto:

A educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados. Quem quer que queira educar adultos na realidade pretende agir como guardião e impedi-los de atividade política. Como não se pode educar adultos, a palavra “educação” soa mal em política; o que há é um simulacro de educação, enquanto o objetivo real é a coerção sem o uso da força. (ARENDR, 2002. p.363.)

Neste sentido, preparar uma nova geração para um mundo novo, como querem as utopias políticas, só pode significar o desejo de arrancar das mãos dos recém-chegados sua própria oportunidade face o novo.

Assim, quanto ao exemplo dos Estados Unidos citado por Hannah Arendt, onde haveria a ilusão de que um mundo novo está sendo construído mediante a educação das crianças, o mundo no qual são introduzidas as crianças seria um mundo velho, preexistente.

A comparação com a Europa feita pela autora é interessante, pois lá há um experimento das teorias educacionais que aos poucos se espalham, enquanto que nos Estados Unidos, em

apenas 25 anos derrubou-se rapidamente todas as metodologias de ensino e aprendizagem. Assim, determinadas teorias, não importando se são boas ou más, bem como todas as regras do juízo racional e do bom senso estabelecidas foram postas de lado, levando a esta crise. Esta situação levou a um paradoxo: nos Estados Unidos a crise da educação se tornou mais aguda do que na Europa, sendo que neste país ao mesmo tempo as teorias pedagógicas modernas foram aceitas indiscriminadamente.

Um dos motivos apontados por Hannah Arendt que agravou esta crise é o conceito americano de igualdade. Enquanto que no sistema educacional da Inglaterra havia uma meritocracia, privilegiando os melhores alunos, nos Estados Unidos buscava-se outra visão: a igualdade democrática. Lá, a meritocracia inglesa classificando os jovens seria impensável, como a autora afirma:

Assim, o que torna a crise educacional na América tão particularmente aguda é o temperamento político do país, que espontaneamente peleja para igualar ou apagar tanto quanto possível as diferenças entre jovens e velhos, entre dotados pouco dotados, entre crianças e adultos e, particularmente, entre alunos e professores. É óbvio que um nivelamento desse tipo só pode ser efetivamente consumado às custas da autoridade do mestre ou às expensas daquele que é mais dotado, dentre os estudantes. (ARENDR, 2000. p.229.)

Esta característica da educação norte-americana – a perda da autoridade do mestre – foi estabelecida a partir de três pressupostos básicos:

1. As relações normais entre crianças e adultos, em que as pessoas da sociedade de várias idades são reunidas, são suspensas. Assim, ao emancipar-se da autoridade dos adultos, a criança não foi libertada, pois ela não está mais sujeita à autoridade do adulto, mas ao poder bruto da maioria das crianças – um grupo de iguais.

2. A Pedagogia transformou-se em uma ciência do ensino em geral a ponto de se emancipar inteiramente da matéria efetiva a ser ensinada, o que acarreta em uma negligência na formação dos professores. É, portanto, defendido o pressuposto básico de que só é possível conhecer e compreender aquilo que nós mesmos fizemos; consiste em substituir, na medida do possível, o aprendizado pelo fazer.

3. Priorizar na aprendizagem o brinquedo, desprezando o trabalho, e valorizando a iniciativa lúdica da criança. Sob o pretexto de respeitar a independência da criança, ela é excluída totalmente do mundo dos adultos e fica retida no mundo infantil, não sendo preparada para a vida adulta.

Para ter uma fundamentação do papel da educação que não fique nos pressupostos acima, a autora afirma que, a princípio, a criança é um ser em formação e está em um estado de vir a ser, relacionando-se com o mundo e as pessoas a sua volta. Os pais tem a responsabilidade de conduzi-la neste mundo e de dispensar-lhe cuidado e proteção para que nada lhe aconteça.

Portanto, reforça-se sua ideia de que há um erro na educação: ver a criança como um adulto reduzido. A tentativa de emancipação dos indivíduos na modernidade começa principalmente em relação aos trabalhadores e às mulheres, e, por fim, chega à criança. Porém, por ela estar em um estágio de crescimento e formação, isto implica numa traição e o seu abandono à sua condição, jogando-a na esfera pública, expondo-a a decisões pretensiosamente políticas – tarefa que caberia apenas ao adulto.

Cabe assim à escola ser o espaço que introduz o mundo para a criança, aos poucos:

Na educação, essa responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade. A autoridade do educador e as qualificações do professor não são a mesma coisa. Embora certa qualificação seja indispensável para a autoridade, a qualificação, por maior que seja, nunca engendra por si só autoridade. A qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por este mundo. Face à criança, é como se ele fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: - Isso é o nosso mundo. (ARENDR, 2000. p.239.)

Porém a autora considera que no mundo moderno tem como característica uma ojeriza à autoridade e à responsabilidade; não se quer dar responsabilidade a ninguém nem obedecer a outro. No caso da educação as teorias pedagógicas se recusam a assumir a responsabilidade pelo mundo ao qual trouxemos as crianças. Arendt pondera ainda que a autoridade está em crise pela perda da autoridade pública, que acarreta a perda da autoridade privada.

A essência da educação deve ser o conservadorismo, no sentido de abrigar e proteger a criança para que ela possa ser preservada a fim de que descubra e realize algo novo em um mundo velho. Assim, para reverter esta crise, não se deve ir para frente inconsequentemente nem tentar voltar à tradição romana, em que a escola era a responsável pela tradição.

Para a autora, compreender a função da escola é ensinar às crianças como o mundo é, e não instruí-las na arte de viver. Não se pode tratar as crianças como se elas fossem maduras. A educação, ao contrário da aprendizagem, precisa ter um final previsível. Para reverter a situação da crise na educação (no caso, dos EUA nos anos 1950), todos nós devemos assumir a responsabilidade para com as crianças, preparando-as para a tarefa de renovar um mundo comum.

Reflexões sobre Little Rock

Em seu livro *Responsabilidade e Julgamento*, no artigo intitulado *Reflexões sobre Little Rock*, Hannah Arendt disserta sobre um fato polêmico ocorrido nos Estados Unidos em 1957: uma decisão judicial da Suprema Corte daquele país obrigou uma escola do Sul a aceitar uma aluna negra em que todos os alunos eram brancos em uma comunidade segregacionista. O fato foi registrado por uma foto, em que esta menina está indo à escola e vários colegas brancos estão ofendendo-a. Os temas centrais que movem este texto, além de obviamente a educação, é a igualdade e a autoridade do Governo Federal perante os Estados.

Primeiramente, ela observa que esta decisão da Suprema Corte afeta diretamente as próprias crianças; principalmente a menina negra, pois foi exposta a um grupo em que não era desejada, sendo um caso mais embaraçoso do que, por exemplo, uma perseguição política, pois foi ofendida por seus colegas e seu orgulho pessoal está envolvido. E o orgulho é indispensável para a integridade pessoal.

Esta tentativa de começar a dessegregação social na educação escolar desloca a carga da responsabilidade dos ombros dos adultos para os das crianças, evitando a questão real, que a igualdade é violada pelas leis que impõem a segregação, e não por costumes sociais e maneiras de educar as crianças. Portanto, segundo a autora, a primeira atitude da Suprema Corte deveria ser acabar com as leis segregacionistas existentes naquela época, e não uma decisão isolada que exponha uma criança à mídia e à sociedade.

Uma alternativa para acabar a segregação no meio social seria uma espécie de escola-piloto com uma nova concepção, onde crianças brancas e negras estudassem juntas, como um meio de persuadir outros pais brancos a mudar de atitude, pois o racismo contra os negros está arraigado na tradição americana, e só terá solução dentro de sua tradição política e histórica.

Esta atitude seria necessária pois os Estados Unidos são um estado-nação, tendo como características principais a heterogeneidade e a descentralização; diferentemente dos países europeus, pois estes possuem em sua estrutura uma população homogênea e um passado comum. Nesta heterogeneidade americana a população negra é a maior “minorias visível”, pois sua característica marcante é a sua visibilidade inalterável e permanente, sendo de maior importância na esfera social, diferentemente da esfera política.

Em relação ao conceito de igualdade, Hannah Arendt aponta que esta tem uma importância maior na vida política da República do que qualquer outra forma de governo.

Portanto, o que estaria em jogo não seria uma situação isolada de segregação social, mas a sobrevivência da república dos Estados Unidos.

Segundo a autora, possuímos três esferas em nossa vida: a esfera política, em que todos devemos ser iguais; a esfera social, em que predomina a discriminação; e a esfera privada, que tem como característica a exclusividade. Assim, a igualdade, no meio político republicano e democrático deve ser o princípio maior, pois deve igualar todos os indivíduos, que são diferentes por natureza, para que possam expor suas ideias e agir segundo seu ponto de vista. Porém, ao querer inserir a igualdade na esfera social se encontrará complicações, pois não é possível igualar o que por natureza é diferente, como a religião, os costumes, e no caso em questão, a cor da pele.

Assim, quanto mais iguais as pessoas se tornam em todos os aspectos, mais as diferenças provocarão ressentimentos. E quanto mais igual, neste caso, o negro se torna ao branco, mais agudo se torna seu problema socialmente. A intervenção do governo federal deveria ficar restrita aos poucos casos em que a lei do país e o princípio da República estejam em jogo; principalmente no sul do país, em que a segregação é mais aguda por causa da legislação discriminatória. A autora considera, ao analisar este caso, que a integração forçada não é melhor do que a segregação forçada. O que caberia neste caso à Suprema Corte seria combater as leis inconstitucionais segregacionistas, pois a segregação é a discriminação imposta pela lei, e a dessegregação não pode fazer mais do que abolir as leis que impõe a discriminação.

O que surpreende a autora, neste caso, foi a decisão federal de iniciar o processo de integração, dentre todos os lugares, na escola pública. Como já foi afirmado, isso sobrecarrega as crianças com a elaboração de um problema que os adultos foram incapazes de resolver, principalmente na área da educação:

A fotografia me pareceu uma caricatura fantástica da educação progressista que, abolindo a autoridade dos adultos, nega implicitamente a sua responsabilidade pelo mundo em que puseram os filhos e recusa o dever de guiar as crianças por esse mundo. Chegamos ao ponto em que se solicita às crianças que mudem e melhorem o mundo? E pretendemos ter as nossas batalhas políticas travadas nos pátios das escolas? (ARENDDT. 2004. p.272.)

A igualdade, portanto, não pode ser “forçada” a existir no campo social – o caso, nas escolas – pois tem a sua origem no corpo político; a sua validade é claramente restrita à esfera política. Apenas nesse âmbito somos todos iguais. Mesmo neste caso a igualdade não é

ilimitada, pois a elegibilidade de um cargo político é a oportunidade de se distinguir naquelas situações em que todos, a princípio, são iguais.

Quando saímos da esfera privada e passamos ao mundo, estamos na esfera social, e não no mundo político da igualdade. E quando nos identificamos com outros semelhantes, passamos a discriminar o resto. Porém, esta discriminação a princípio não é problemática, pois sem algum tipo de discriminação, a sociedade deixaria de existir e possibilidades muito importantes de livre associação e formação de grupos desapareceriam. A discriminação é um direito social tão indispensável quanto a igualdade é um direito político. A questão não é como abolir a discriminação, mas como mantê-la confinada dentro da esfera social, quando é legítima, e impedir que passe para a esfera política e pessoal, quando é destrutiva.

O governo não tem o direito de interferir nos preconceitos e práticas discriminatórias da sociedade, mas tem o direito e o dever de assegurar que essas práticas não sejam legalmente impostas, para que não se tornem perseguição. Segundo Hannah Arendt, a única força pública que pode combater o preconceito social são as igrejas, pois consideram que todos são iguais.

Além das esferas pública e social, cabe comentar a esfera privada, que, como foi dito, é regida pela exclusividade. Ela diz respeito à nossa singularidade, à nossa diferença com as outras pessoas; e esta singularidade está sempre em conflito com os padrões da sociedade. Porém, não se pode deixar que os padrões sociais se tornem legais e assim quando o cidadão desafia os costumes dominantes se torna um ato criminoso.

Assim, no que diz respeito às três esferas da vida humana, a educação na esfera privada é caracterizada por Hannah Arendt da seguinte maneira:

As crianças são, em primeiro lugar, parte da família e do lar, e isso significa que são ou deveriam ser criadas naquela atmosfera de exclusividade idiossincrática que transforma uma casa em um lar, forte e seguro o suficiente para proteger os mais jovens contra as exigências da esfera social e as responsabilidades da esfera política. O direito dos pais de criar os filhos como acharem adequado é um direito de privacidade, pertencente ao lar e à família. (ARENDR. 2004. p.279.)

Portanto, ao Estado cabe apenas prescrever as exigências mínimas para a futura cidadania e o conteúdo da educação da criança; e os direitos dos pais sobre as crianças são legalmente restritos pela educação obrigatória, e nada mais. Obrigar uma criança a frequentar uma escola integrada é tirar os direitos e a autoridade dos pais quanto à livre associação. O conflito entre casa e escola se torna muito sério para a criança, pois:

A razão é que toda criança procura instintivamente as autoridades para guiá-la nesse mundo em que ela é ainda uma estranha, em que não pode se orientar pelo próprio julgamento. À medida que os pais e professores falham como autoridades, a criança se ajustará mais fortemente a seu próprio grupo, e em certas condições o grupo de pares se tornará a sua suprema autoridade. O resultado só pode ser o surgimento do domínio da turba e do bando, como a fotografia do jornal mencionada acima demonstra com tanta eloquência. O conflito entre um lar segregado e uma escola dessegregada, entre o preconceito da família e as exigências da escola, abole de um só golpe tanto a autoridade dos professores como a dos pais, substituindo-a pelo domínio da opinião pública entre as crianças, que não tem nem a capacidade nem o direito de estabelecer uma opinião pública própria. (ARENDDT. 2004. p.281.)

Assim, a criança não tem uma referência se lhe dar a responsabilidade de resolver um problema de crônica social, já que ela ainda não saiu da esfera privada e necessita de alguma autoridade para guiá-la neste mundo.

Considerações finais

Nas reflexões de Hannah Arendt sobre a educação, primeiramente chamamos atenção a sua observação sobre a crise ocidental – crise esta não apenas política, mas também moral – que se reflete diretamente sobre a esfera educacional. Consideramos também que muitas experiências pedagógicas relatadas pela autora nos Estados Unidos são parecidas com o que seria feito no Brasil, expondo a relevância de sua obra na atualidade.

A questão da perda da autoridade na educação, especialmente da autoridade do professor, na verdade seria uma consequência de várias ideias e teorias pedagógicas que foram postas em prática. Os três fatores que efetivaram esta situação, relatados no texto “A crise da educação” são extremamente pertinentes. Primeiro, a prática de estimular na criança de ela exercer alguma autoridade, tratando-a como um pequeno adulto. Perguntamos, assim, como a criança pode ter respeito a um adulto se ela é estimulada a se comportar como um? O amadurecimento da criança deveria ser paulatino, o aprendizado sobre o mundo ao seu redor é processual.

Depois, a substituição do aprendizado teórico pela prática, pois esta deve estar baseada em alguma teoria prévia, senão perde sentido. Seria um estímulo pela “aula diferente”, porém com pouco conteúdo, dando mais importância ao método de ensino. Não que isto não seja importante, mas o método faz parte da aprendizagem, esta não se esgota no método. Por fim, a mera valorização do lúdico como um fim em si mesmo, não fazendo um “passo a passo” para introduzi-la no mundo adulto.

Todos estes fatores tem em comum uma “quebra” da tradição, esperando estabelecer uma “nova ordem”. Porém, para a autora, o novo deve ser introduzido e estabelecido aos poucos, pois devemos possuir entre todos um mundo comum e não se pode esquecer a cultura e construir outra sem fundamentos.

Além disto, o que é comum em várias teorias da educação a confusão do termo autoridade, relacionando-o diretamente à coerção e à violência. Relembramos o seu conceito: a autoridade envolve respeito, e este é visto como sendo importante obedecer a outro, e não uma relação de violência.

Nos conceitos da autora, a criança deve ser cuidada na esfera privada, pois ainda não é um adulto. Porém, deve ser preparada para a esfera pública, e aí está a extrema importância da educação: estabelecer uma verdadeira relação de autoridade com os professores neste meio.

Referências:

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo; posfácio de Celso Lafer. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

ARENDDT, Hannah. **A dignidade da política: ensaios e conferências**. Organizador: Antônio Abranches; tradução Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ARENDDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

ARENDDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COURTINE-DÉNAMY. **Hannah Arendt**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LAFER, Celso. **Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos de História da cultura clássica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p.363.

SOUKI, Nádia. **Hannah Arendt e a banalidade do mal**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998.